

BASTIDORES DOS NEGÓCIOS

SÓCIOS NA MIRA DA JUSTIÇA EM SÃO PAULO

Novos donos do grupo Itapemirim respondem a vários processos

LUÍSA TORRE
ltorre@redegazeta.com.br

A venda da Viação Itapemirim da família Cola para os novos sócios, os empresários de São Paulo Sidnei Piva de Jesus e Camila de Souza Valdívia, virou uma briga na Justiça. Enquanto os antigos donos os acusam de fraude e pedem a empresa de volta, os atuais controladores se defendem, mostram documentos e alegam que agiram estritamente dentro da lei, conforme AGAZETA revelou numa matéria exclusiva publicada na edição de ontem.

Porém, não é só no Espírito Santo que eles estão envolvidos em acusações de fraude. Em São Paulo, há diversos processos contra os dois. Em Goiás, o administrador judicial de uma empresa que eles compraram aponta suspeitas.

Um dos processos é relacionado à venda da empresa Fábrica de Grampos Aço, de São Paulo. O contrato foi firmado através de uma empresa de Camila e Sidnei, chamada Gitan Incorporação e Construção. Na



RAMON BARROS

Sidnei Piva, Camila Valdívia e Milton Rodrigues apresentaram novos investimentos para a Viação Itapemirim

ação, os ex-donos Fabio Fabris e Leo Marconi afirmam que os atuais donos da Itapemirim efetuariam o pagamento de passivo trabalhista, fornecedores, impostos e dívidas bancárias. No entanto, eles alegaram que as obrigações não foram honradas e que Fabio e Leo estariam recebendo intimações e citações.

Na ação, de 2016, disseram também que o maqui-

nário da empresa havia sido transferido para outra empresa de Camila e Sidnei, a Matrizaria e Estamparia Morillo. Atualmente, a Fábrica e a Morillo estão em nome do mesmo sócio: Geraldo Magela Teixeira da Silva.

Outro processo que recai contra Sidnei é uma condenação de 2013 a pagamento de indenização por danos morais de R\$ 7 mil a José Leonardo Nunes, também

em São Paulo. Nunes afirma que descobriu que teve uma empresa aberta em seu nome quando foi fazer uma compra e estava negativado. Ele afirma que sua assinatura foi falsificada por Sidnei e por José Carlos de Souza. Houve apelação, ainda sem resultado.

Sidnei e Camila também compraram a empresa de transporte Transbrasiliense, de Goiás, junto com o em-

presário Milton Rodrigues Junior, que também é colaborador na Itapemirim. Ele, inclusive, esteve presente em coletiva dos sócios para anunciar investimentos, em abril deste ano.

O administrador judicial da empresa, Luis Claudio Montoro Mendes, diz em um relatório que concordou com a venda das cotas aos sócios da Itapemirim. Em outro relatório, diz que viu

algumas suspeitas, como o pagamento de R\$ 267 mil em nota fiscal à empresa DeltaX, a título de prestação de serviços que, segundo o relatório, não especifica proposta de trabalho.

Na Justiça do Trabalho, Camila e Sidnei respondem a mais de 100 processos relacionados a suas empresas. Já na Justiça de São Paulo, são mais de 50 ações, várias relacionadas à execução extrajudicial ou fiscal, ou seja, cobranças. Em alguns dos processos, há decisões em que consta que não foram localizados bens em nome dos réus a serem executados.

Em relação a execuções fiscais, um dos maiores processos é do município de Barueri (SP), que cobra R\$ 30 milhões em tributos da Procarta Serviços, de propriedade dos atuais sócios da Itapemirim. Na ação, deste ano, a prefeitura diz que causou estranheza “o fato de uma empresa do porte da ré nunca possuir ativos financeiros em suas contas bancárias para que se pudesse efetuar a penhora on-line”.

Pedido de restrição de venda de veículos

▄ O administrador judicial da Transbrasiliense, Luis Claudio Montoro Mendes, pede, em seu relatório à Justiça, restrição de venda aos veículos da empresa. A empresa está em recuperação judicial e foi comprada por Camila Valdívia e Sidnei Piva em janeiro.

Isso porque, segundo ele, de 26 ônibus comprados pela Transbrasiliense, em fevereiro de 2017, pelo menos quatro estavam na garagem da Itapemirim. A justificativa é que isso pode prejudicar o pagamento de credores da Transbrasiliense.

Além disso, o administrador afirma que há “confusão” entre a Tran-

brasiliense e a Itapemirim, já que são usados a mesma identidade visual nos ônibus, os mesmos guichês, garagens e abastecimento dos veículos nas bases da Itapemirim.

VALORES

Segundo o administrador, a Fábrica de Grampos Aço foi uma das empresas que recebeu valores – R\$ 645 mil – da venda de um dos imóveis do grupo da Transbrasiliense. Mendes diz também que, segundo o Sindicato dos Rodoviários de Marabá, no Pará, havia funcionários em férias sem receber verbas trabalhistas, segundo relatório de fevereiro.

Parceria é questionada por família

▄ Durante uma coletiva para apresentar investimentos, o empresário Milton Rodrigues Junior apareceu ao lado de Camila Valdívia e Sidnei Piva, o que despertou a desconfiança nos ex-donos da Itapemirim, que o acusam de ser um sócio oculto.

Milton Rodrigues é dono de 14 empresas em Santa Catarina, Rondônia, Goiás, Espírito Santo e São Paulo. Ele não é sócio da Itapemirim, mas tem uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída em fevereiro deste ano com Camila e Sidnei, com endereço registrado na sede da Viação Itapemirim, em Cachoeiro.

O OUTRO LADO

Grupo diz que débitos são pagos

▄ Por e-mail, os sócios da Itapemirim, Camila Valdívia e Sidnei Piva, esclareceram as acusações. Segundo eles, sobre os processos a que os dois respondem, “o número é considerado ínfimo quando comparado aos processos herdados pelo Grupo Itapemirim” e que “todos os débitos das empresas estão sendo devidamente pagos através de acordos”.

Já em relação à Matrizaria Morillo e à Fábrica de Grampos Aço, eles informam que “essas empresas não fazem mais parte do grupo

empresarial”. Sobre o conflito com Fabio Fabris e Leo Marconi, eles dizem se tratar “do pagamento mais o esclarecimento do valor no importe de R\$ 4.000.000 em duplicatas frias emitidas pelos antigos sócios e descontadas em banco. A matéria está sob júdice e, sendo reconhecida a compensação, veremos quem deve a quem”. A Viação Itapemirim também destaca que Milton Rodrigues não é sócio da empresa. Mas, “como ele possui experiência no ramo, atua como colaborador na área operacional da empre-

sa”. Ainda afirma que “a SPE foi constituída para tentar canalizar investimentos”. Em relação ao processo de danos morais contra Sidnei, informam não se tratar dele, mas possivelmente de um homônimo. Já sobre o débito com a Prefeitura de Barueri, os sócios afirmam ser dos antigos donos da empresa e que já foi parcelados. Por fim, informam que as dúvidas da administração judicial da Transbrasiliense foram esclarecidas, “de tal maneira que não existe nenhuma dúvida quanto à lisura dos atos praticados na gestão”.

BERNARDO COUTINHO



Ônibus na garagem da Itapemirim, em Cariacica: funcionários temem demissões

Funcionários da Itapemirim estão com salários atrasados

Reivindicando pagamento em dia, trabalhadores atrasaram saída de ônibus

LUÍSA TORRE
ltorre@redgazeta.com.br

Atrasos salariais e incerteza sobre o futuro da empresa. Essa virou, segundo sindicatos, a rotina dos funcionários da Viação Itapemirim, que já foi uma das maiores da América Latina e, hoje, em recuperação judicial, acumula dívidas e é alvo de briga na Justiça entre antigos e novos sócios.

Desde março de 2016, a empresa está em recuperação judicial, em meio a dívidas da ordem de R\$ 330 milhões com processos trabalhistas e fornecedores e de R\$ 1 bilhão em tributos. Entre novembro e dezembro, a empresa foi vendida e o controle acionário deixou de ser da família do fundador Camilo Cola, passando para dois empresários, Camila Valdívia e Sidnei Piva.

Os funcionários, que já chegaram a ficar com seus salários atrasados por quatro meses em 2016 – o que havia sido regularizado com a transferência para os novos sócios –, voltaram a sofrer com o mesmo problema a partir de maio deste ano. A demora no pagamento atinge principalmente setores como administrativo, manutenção e limpeza, destaca o diretor do Sindiroviá-

rios-ES, Uedilson da Vitória.

“Até março, a empresa estava pagando tudo certo, em dia. Só que, a partir de março, a coisa desandou. Em maio, os salários foram pagos entre os dias 10 e 15. Em abril, também atrasou. Neste mês, a empresa pagou os motoristas no dia 8. Só que o pessoal interno da empresa não recebeu até hoje. Os caras que trabalham na bomba, mecânico, quem limpa ônibus, ninguém foi pago”, afirma.

Além disso, Uedilson explica que o tíquete-alimentação e o vale-transporte desses funcionários também estão atrasados. “Os motoristas foram os que receberam tudo em dia. Os tíquetes que estavam dois meses atrasados foram quitados”, comenta.

Na sexta-feira, 9, o diretor conta que foi feita uma paralisação, na Rodoviária de Vitória, em protesto pelo atraso dos salários e pela demissão por justa causa que um funcionário levou e que o sindicato não concordou. “O ônibus que ia sair às 15h30 da rodoviária saiu às 18 horas por conta dessa paralisação”, diz.

Segundo ele, demissões em massa não estão acontecendo, mas o atraso de salário deixa os funcionários preocupados.

Em Cachoeiro de Itapemirim, o presidente do Sindimotoristas, Elias Brito Spoladore, conta que a situação não é diferente.

“A informação que a gente tem, conversando com colegas que permanecem na empresa trabalhando, é que

eles estão com benefícios relativos a tíquete-alimentação em atraso há dois meses. Ontem (sexta), tive a informação de que estão pagando por setores, e alguns setores ainda estão com salários atrasados”, afirma.

A Viação Itapemirim diz que não há atraso de salários. “A nova gestão assumiu a empresa no dia 1º de novembro de 2016, com quatro meses de salários atrasados. Em 20 dias, a nova gestão regularizou os salários e reativou a alimentação dos funcionários”, esclarece em resposta enviada por e-mail. Além disso, a empresa afirma que, “neste mês, a empresa está passando por uma mudança de sistema, no sentido de modernização e tecnologia, para maior controle e transparência”, complementa.

ITAPEMIRIM/DIVULGAÇÃO

Frota da Itapemirim na década de 80: empresa esteve entre as maiores da América Latina



Demitidos sem receber direitos

Além dos atrasos nos salários, os sindicatos denunciavam que verbas rescisórias dos funcionários demitidos desde o início de 2016 não têm sido pagas. Os casos estão na Justiça.

Segundo o presidente do Sindimotoristas, Elias Brito Spoladore, os 170 funcionários mandados embora em fevereiro de 2016, antes da recuperação, não receberam nada.

Daquela época para cá, com a empresa já em recuperação judicial, ele explica que vários funcionários foram demitidos e não receberam nada. “Homologamos em torno de 60 rescisões, que também não tiveram os direitos pagos pela empresa corretamente. Este ano, já tiveram outras demissões, principalmente do setor administrativo, que nos procuraram e também não tiveram seus direitos pagos corretamente”, afirma Spoladore.

O advogado especialista em Recuperação Judicial do escritório Hannud & Vellozo Advogados, Vitor May Xavier, explica que todas as cobranças de dívidas contra a empresa ficam em suspenso no período de re-

cuperação judicial. “A empresa não precisa pagar as dívidas existentes até a data do protocolo do pedido. As posteriores, ela tem que pagar”, ressalta ele.

Em relação às rescisões “em aberto, tanto do período da antiga gestão, quanto da nova gestão”, diz a Itapemirim, “a empresa está buscando uma rápida solução para o impasse”. A empresa ainda afirma que “a maior parte das demissões ocorridas trata-se de funcionários que não prestavam serviços para a empresa, e sim diretamente ligados às residências dos antigos sócios”.

DIREITOS

“Homologamos em torno de 60 rescisões, que não tiveram os direitos pagos pela empresa corretamente. Este ano, já tiveram outras demissões, principalmente do administrativo”

ELIAS SPOLADORE
PRESIDENTE DO
SINDIMOTORISTAS

BASTIDORES DOS NEGÓCIOS

Grupo diz que auditoria aponta desvios

Novos donos da Itapemirim vão ingressar na Justiça para receber valores

Os novos sócios da Viação Itapemirim, Camila Valdívnia e Sidnei Piva, afirmam que, por determinação da Justiça, fizeram uma auditoria nas contas da empresa, analisando documentos fiscais, recibos, planilhas, extratos, entre outros. Segundo o grupo, foi constatada “uma rede de formas de retiradas diversas da empresa”.

Um relatório foi enviado à reportagem por e-mail. Segundo os sócios, trata-se de “auditoria realizada pela renomada Backer Tily Brasil”.

Mas o relatório não contém menção à empresa de auditoria, e conta apenas com a logo da Viação Itapemirim. Consta no documento que ele “pretende resumir os trabalhos realizados pelas áreas Financeira, Contábil, Fiscal, e envolvimento da Auditoria interna da empresa” e que foi realizado “sob a supervisão da técnica jurídica Camila de Souza Valdívnia (sócia proprietária), nomeada em ata Diretora Administrativa/Financeira”.

Camila e Piva afirmam que vão cobrar os valores na

Justiça. Os sócios informaram por e-mail que foi encontrado o desvio de R\$ 120 milhões chamados de mútuos – nome utilizado para as retiradas de dinheiro da empresa, segundo eles.

“Há ainda contabilizado o saque de R\$ 56 milhões em nome dos antigos sócios, estes recursos eram desviados para entrega em espécie através de um documento chamado de CTN, para contas no exterior e

SAQUES

“Há ainda contabilizado o saque de R\$ 56 milhões em nome dos antigos sócios, estes recursos eram desviados para entrega em espécie através de um documento chamado de CTN, para contas no exterior e através de pagamentos efetuados à holding de nome MC Massad Cola”

CAMILA VALDÍVIA E SIDNEI PIVA, DONOS DA ITAPEMIRIM

através de pagamentos efetuados à holding de nome MC Massad Cola Empreendimentos e Participações Ltda”, diz o trecho do e-mail.

No relatório, são apontadas retiradas feitas em forma de vales de diversos locais do país para Camilo Cola Filho, da Itapemirim e da Kaissara. Os valores apontados não são R\$ 120 milhões, e sim cerca de R\$ 42 milhões entre 2014 e 2016. Entre os documentos enviados pelo grupo para a reportagem, relativos às transferências para a MC Massad Cola, o valor somado, em 6 documentos de dezembro de 2016, não foi de R\$ 56 milhões, e sim de R\$ 107.500.

Já a conclusão do relatório de auditoria diz que, após recuperação judicial, “foram retirados valores da empresa de diversas maneiras”, “seja através de DOC, TED ou ainda em moeda corrente a título de atender a personalidade dos sócios”, e dá outro número: R\$ 15,3 milhões. A conclusão também diz que “além destes valores, existem diversas transferências para empresas que eram do grupo econômico”, que contabilizam outro valor, diferente do que foi informado antes, de R\$ 322,6 milhões.

Ministério Público investiga emissão de passagens

Há cerca de três meses, o representante da administradora judicial do grupo Itapemirim, João Manoel Saraiva, apresentou à Justiça um relatório onde conta ter encontrado documentos suspeitos dentro de uma sala nas dependências da Viação Itapemirim, em Cachoeiro.

Em decisão saneadora do dia 30 de março, o juiz Paulino José Lourenço, da 13ª Vara Cível Especializada Empresarial, afirmou que foram encontrados “uma relação de contrato de câmbio, seis caixas com documentos diversos, planilhas de pagamentos, numerário em moeda estran-

geira, uma bolsa preta e quatro equipamentos de emissão de bilhetes de passagens”.

Os sócios da Itapemirim informaram, por e-mail, que as máquinas eram “utilizadas para emitir passagem dublê na empresa, caracterizando o caixa 2”.

O relatório também informa que, no dia 17 de março, “os antigos controladores das recuperandas entraram no local e retiraram o restante da documentação” que não havia sido levado por Saraiva. Por suspeita de “possível prática de condutas criminosas no âmbito das em-

presas em recuperação”, o juiz decide enviar o material ao Ministério Público Estadual para apuração.

O juiz também afirma, em decisão, que o “Grupo de Apuração Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), do Ministério Público Estadual, e a Delegacia Fazendária vêm desenvolvendo investigação acerca de fatos relacionados às empresas em recuperação”.

A reportagem pediu, na última terça-feira, 6, mais informações do Ministério Público sobre o caso. Mas até o fechamento da reportagem, não houve retorno.



Unidade da Viação Itapemirim: empresa está envolvida em polêmicas

BERNARDO COUTINHO

Justiça desfez negócio da Itapemirim com Kaissara

Em junho de 2015, a Viação Itapemirim passou para a Kaissara 68 de suas 118 linhas e cerca de 40% de sua frota. Antes da operação, a Kaissara tinha apenas uma linha. Ela foi formada em 2009, pelos sócios Mário Sérgio Pereira Jussim e Izaias Alves Lima, ambos funcionários da Itapemirim.

Após o ajuizamento da recuperação judicial, no entanto, o juiz Paulino José Lourenço entendeu, em uma decisão de dezembro, que houve “desvio de patrimônio” na operação de transferência das linhas e apontou indícios do

uso de “laranjas”.

A Kaissara foi então incluída na recuperação judicial e foram nomeados como interventores dela os atuais sócios da Itapemirim, Camila Valdívnia e Sidnei Piva. Os empresários dizem

ROTAS

68

linhas
É o número de rotas repassadas da Itapemirim para a Kaissara em 2015.

que, com a auditoria, foi possível perceber que a “Viação Itapemirim e a Viação Caiçara (razão social) sempre foram a mesma empresa, sendo que as duas empresas sempre foram administradas por funcionários, porém, todo comando de retirada de dinheiro para processos que não fossem de custeio da operação vinha diretamente dos sócios”.

O juiz Paulino José Lourenço foi procurado, através da assessoria do Tribunal de Justiça, que informou que “o magistrado não concede entrevista sobre processo em curso”.

O OUTRO LADO

“Não vejo fidelidade nas informações”

“Eu não tenho acesso às informações da auditoria. Só tenho a minha memória e não acredito que exista isso. Eu não tenho conhecimento do que a auditoria diz. Para ser mais preciso, eu necessitaria ter acesso a essas informações. Essas pessoas levaram a empresa por um valor simbólico, não pagaram nada, dizendo que iam assumir as dívidas e que tinham créditos tributários. Uma negócio que sequer foi concluído, não era nem para eles estarem em posse da em-

presa. Não estou pedindo para eles ficarem com o grupo Itapemirim. Se o negócio era tão ruim, por que não nos devolvem a empresa? Eu entendo que eles me passaram a perna. Eu entendo que o negócio não foi concluído e eu quero a empresa de volta. Se tem esses valores que saíram do caixa, há valores que entraram na empresa. Entraram mais de R\$ 300 milhões, só eu coloquei R\$ 100 milhões, entre outros valores que foram investidos na empresa. Sobre a Kaissara, eu

não posso falar por que não éramos nós que administrávamos ela. Ela não pertencia ao grupo.

Quanto à máquina de bilhetes, desconheço. A venda de passagens, hoje em dia, é toda feita por sistema eletrônico. É muito difícil fazer esse tipo de operação que eles estão ventilando. O sistema é muito moderno. Não reconheço que tenhamos feito isso, porque o sistema é seguro. Não vejo fidelidade nas informações apresentadas.

—
CAMILO COLA FILHO, EX-PRESIDENTE DO GRUPO ITAPEMIRIM